

26/08/2014

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.379 RONDÔNIA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANDRE PIRES DE ANDRADE KEHDI E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. COMPETÊNCIA. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. ADITAMENTO DA DENÚNCIA. SISTEMA ACUSATÓRIO.**

1. O princípio acusatório é vulnerado de forma reflexa nas hipóteses em que a decisão do magistrado, após a manifestação do Ministério Público Federal no sentido de remessa dos autos ao juízo competente, determina o aditamento da denúncia para incluir fatos constantes do relatório policial em função da conexão.

2. O sistema acusatório confere ao Ministério Público, exclusivamente, na ação penal pública, a formação do *opinio delicti*, separando a função de acusar daquela de julgar.

3. A conexão permite o Juízo disputar a competência para julgamento do feito, mas não o autoriza, a pretexto do liame probatório, a superar o *dominus litis*, o Ministério Público, e determinar o oferecimento de denúncia contra o impetrante, formulando prévio juízo de culpa, gerador de nulidade processual.

4. A conexão intersubjetiva ou instrumental decorrente de encontro fortuito de prova que nada tem a ver com o objeto da investigação principal, não tem o condão de impor o *unum et idem iudex*, máxime com vulneração do princípio acusatório.

5. A conexão no processo dá-se em favor da jurisdição de modo a facilitar a colheita da prova, evitar decisões contraditórias e permitir cognição mais profunda e exauriente da matéria posta a julgamento. O simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o *simultaneus processus*.

**RHC 120379 / RO**

6. *In casu*, durante a “Operação Abate” que investigava fraude na obtenção de selo sanitário em frigoríficos no estado de Rondônia, descobriu-se esquema de corrupção envolvendo diversos órgãos federais e estaduais, autarquias e instituições financeiras públicas e privadas com a finalidade de obtenção de vantagem ilícita pelas empresas da família Bihl, no estado do Mato Grosso. O impetrante, ex-funcionário do Ministério da Integração Nacional, supostamente emitiu cartas de anuência mediante fraude para facilitar a formalização de hipoteca pelas empresas do Grupo Bihl.

7. Recurso parcialmente provido para remeter o aditamento da denúncia, apenas em relação ao recorrente, à Justiça Federal no Distrito Federal, com traslado integral dos autos.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em dar parcial provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 26 de agosto de 2014.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

26/08/2014

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.379 RONDÔNIA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANDRE PIRES DE ANDRADE KEHDI E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto de acórdão do Superior Tribunal de Justiça cuja ementa possui o seguinte teor:

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. ADITAMENTO À DENÚNCIA. INCLUSÃO DO PACIENTE. IMPUTAÇÃO DO ART. 317, PARÁGRAFO ÚNICO, E 288, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. CONEXÃO PROBATÓRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL DE RONDÔNIA. PREVENÇÃO. ART. 80 DO CPP. FACULDADE DO JUÍZO. PRECEDENTES.

1. À luz do disposto no art. 105, I, II e III, da Constituição Federal, esta Corte de Justiça e o Supremo Tribunal Federal não vêm mais admitindo a utilização do *habeas corpus* como substitutivo de recurso ordinário, tampouco de recurso especial, nem como sucedâneo da revisão criminal, sob pena de se frustrar sua celeridade e desvirtuar a essência desse instrumento constitucional.

2. Assim, verificada hipótese de dedução de *habeas corpus* em lugar do recurso próprio, impõe-se a sua rejeição. Cumpre ressaltar que, uma vez constatada a existência de ilegalidade flagrante, nada obsta que esta Corte defira ordem de ofício,

**RHC 120379 / RO**

situação inócurrenre na espécie.

3. Busca-se no presente *mandamus* o reconhecimento da incompetência do Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia para processar e julgar a ação penal movida contra o ora paciente, ao argumento de que os fatos a ele imputados teria ocorrido em Brasília/DF.

4. Em regra, a competência do Juízo para processar e julgar a causa é determinada pelo critério do local em que o delito se consumou. Contudo, a conexão pode funcionar como critério modificativo da competência.

5. No caso, as instâncias ordinárias, de maneira fundamentada, deixaram certo ser inviável a declinação da competência para Seção Judiciária de Brasília, em razão da existência da conexão instrumental e intersubjetiva, nos termos do art. 76, incisos I e III, do Código de Processo Penal, entre os crimes atribuídos aos corréus e os delitos de corrupção passiva imputados ao paciente, em aditamento à denúncia.

6. Assim, tendo o Juízo de origem afirmado que as infrações tiveram o mesmo nexu fático, bem como que as provas dos delitos em apreço estão intimamente ligadas, não há como se negar a ocorrência da chamada conexão probatória ou instrumental e, por conseguinte, a necessidade de julgamento de todos os crimes em um mesmo processo, sob o comando de um magistrado, a fim de preservar a segurança e a estabilidade jurídica dos pronunciamentos jurisdicionais. Tal entendimento não merece ser revisto na via estreita do *habeas corpus*, por demandar incursão no conjunto fático-probatório dos autos.

7. Constatada a suposta ocorrência de crimes conexos, a competência deve ser fixada pela prevenção (arts. 83 e 78, II, 'c', do CPP), em favor do primeiro Juízo que conheceu dos fatos, no caso, o Juízo Federal da 2ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Rondônia, local onde ocorreu o maior número de infrações (art. 78, II, 'b' do CPP).

8. A separação dos crimes para processamento e julgamento perante esferas jurisdicionais distintas, além de se mostrar contraproducente sob o aspecto da eficácia das provas

**RHC 120379 / RO**

a serem apresentadas, rende ensejo ao advento de sentenças contraditórias, o que acarretaria situação de indisfarçável insegurança jurídica.

9. Nos termos do art. 80, do CPP, a separação dos processos é providência que fica a critério do juiz de primeiro grau, devendo ser realizada nos casos em que reputar oportuno e conveniente para o bom andamento da instrução.

10. *Habeas corpus* não conhecido.”

Consta que o recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes de corrupção passiva (artigo 317, parágrafo único do Código Penal) e então formação de quadrilha, agora associação criminosa (artigo 288 do Código Penal). A denúncia é fruto da operação Abate, que investigou atuação de organização criminosa perante a Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Rondônia – SFA/RO com objetivo de favorecer interesses ilícitos de empresas frigoríficas no estado de Rondônia.

O recorrente sustenta ausência de conexão entre a denúncia que deflagrou a ação penal na origem e seu aditamento, o qual incluiu o impetrante no polo passivo. Afirma que em 2009 o Ministério Público Federal, com fundamento nos elementos de informação colhidos na operação Abate, ofereceu denúncia para apurar suposta fraude no segmento de pecuária e abastecimento de produtos derivados de carne bovina no estado de Rondônia. Aponta haver ocorrido descoberta fortuita de prova no curso da aludida operação referente a suposta obtenção ilícita de vantagem econômica pelo chamado núcleo Bihl, acarretando a representação da autoridade policial e manifestação do Ministério Público Federal no sentido do desmembramento dos procedimentos e envio do inquérito ao juízo competente. Requer, ao final, o reconhecimento da ausência de conexão entre a conduta do núcleo SFA/RO da operação Abate e a conduta do núcleo Bihl.

Em resposta, o Ministério Público Federal opina pelo desprovemento

**RHC 120379 / RO**

do recurso. Diz da existência de conexão na forma do artigo 76, I e III do Código de Processo Penal. Aponta, ao final, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a corroborar sua tese.

Após parecer do MPF reiterando as razões da resposta ao recurso, vieram os autos conclusos.

É o relatório.

26/08/2014

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.379 RONDÔNIA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Cabível e tempestivo, conheço do recurso, presentes os demais pressupostos de admissibilidade.

Cuida-se de Recurso Ordinário Constitucional contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que, em sede de Habeas Corpus substitutivo de Recurso Ordinário Constitucional de competência daquele tribunal superior, denegou a ordem para reconhecer a conexão probatória existente nos autos da ação penal n. 2008.41.00.003973-4 em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia e, conseqüentemente, a competência daquele juízo para julgar e processar o réu pelos fatos narrados na peça acusatória.

Insurge-se o recorrente contra o *decisum* pela suposta ausência de identidade ou similitude em razão de pessoa, lugar, modo ou objeto das condutas descritas na acusação. Diz ter havido descoberta fortuita de prova no bojo da “operação abate” da Polícia Federal sobre suposto esquema de obtenção de vantagem ilícita para as empresas do recorrente, a se passar em Brasília, Distrito Federal, e no Mato Grosso. Sustenta, então, ante a ausência de conexão e de conduta no tocante a primeira parte da acusação (núcleo SFA/RO), a inexistência de conexão processual a ensejar a manutenção da ação penal naquele Estado da Federação.

Consta dos autos que, em razão de denúncia anônima de servidor público federal (fl. 33) foi instaurado inquérito policial mediante portaria à fl. 31/32 para investigar suposto favorecimento de empresas frigoríficas por parte de servidores da Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia através de omissão na fiscalização e subtração de documentos e

**RHC 120379 / RO**

fatos ao conhecimento da administração pública. À investigação deflagrada deu-se o nome de “Operação Abate”.

A organização criminosa investigada tinha o objetivo de obter o selo “SIF”, emitido pelo Serviço de Inspeção Federal, pelo qual se atesta a saúde do gado e a qualidade sanitária da carne, estando própria para o consumo humano. A empresa que pretende comercializar ou integrar a cadeia de produção da carne bovina necessita ser registrada no Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), o qual é representado nos estados pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFA).

Para a obtenção do selo SIF o estabelecimento comercial deve cumprir diversas exigências sanitárias definidos em regulamento próprio, conforme as Leis n. 1.283/1950 e 7.899/89.

No curso da investigação descobriu-se que existiam dois núcleos de corrupção e atuação ilícita, o primeiro, denominado “núcleo SFA” atuava em Rondônia e objetivava a obtenção de vantagem ilícita mediante atos de corrupção perante a administração sanitária ligada ao MAPA e à SFA. Já o segundo, “núcleo Bihl”, atuava no estado do Mato Grosso, mediante obtenção de vantagem ilícita junto ao Ministério da Integração Nacional, Banco da Amazônia, Agência Nacional de Energia Elétrica e Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso.

Esse núcleo da organização criminosa é formado pelos membros da família Bihl, proprietária de várias empresas que formam um grupo econômico denominado Grupo Bihl. Enquanto o primeiro núcleo (SFA) atuava perante a fiscalização sanitária com o objetivo de corromper os fiscais do MAPA em Rondônia e obter o selo SIF sem o cumprimento das normas de regência, o segundo núcleo (Bihl) atuava em diversos órgãos públicos, mediante o pagamento de propina para a obtenção de vantagem ilícita, notadamente a obtenção de financiamento administrado pelo Ministério da Integração Nacional e gerenciado pelo Banco do Amazonas.



**RHC 120379 / RO**

O mesmo relatório policial explica que o conhecimento das ações criminosas praticadas pelo núcleo Bihl derivou de encontro fortuito de prova, isto é, a ação investigativa estava direcionada à busca de elementos de informação referentes ao núcleo SFA mas encontrou elementos suficientes para ensejar a persecução penal em relação ao núcleo Bihl.

Verifica-se, na hipótese, a ocorrência de prova lícita por derivação, é dizer, a obtenção de prova referente a outro fato criminoso em razão de interceptação telefônica lícitamente deferida por autoridade judicial competente. Nesse ponto, o Supremo Tribunal Federal entende que a prova obtida em diligência de interceptação telefônica lícitamente deferida aproveita-se, ainda que o segundo crime seja punido com detenção. Confira-se:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA LICITAMENTE CONDUZIDA. ENCONTRO FORTUITO DE PROVA DA PRÁTICA DE CRIME PUNIDO COM DETENÇÃO. LEGITIMIDADE DO USO COMO JUSTA CAUSA PARA OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal, como intérprete maior da Constituição da República, considerou compatível com o art. 5º, XII e LVI, o uso de prova obtida fortuitamente através de interceptação telefônica lícitamente conduzida, ainda que o crime descoberto, conexo ao que foi objeto da interceptação, seja punido com detenção. 2. Agravo Regimental desprovido.

(AI 626214 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 21/09/2010, DJe-190 DIVULG 07-10-2010 PUBLIC 08-10-2010 EMENT VOL-02418-09 PP-01825 RTJ VOL-00217- PP-00579 RT v. 100, n. 903, 2011, p. 492-494)

A controvérsia dos autos cinge-se a saber se a obtenção da prova por derivação enseja, por si só, a conexão intersubjetiva ou probatória.

**RHC 120379 / RO**

Certamente que não.

É que as regras de conexão, previstas no artigo 76 do Código de Processo Penal, trazem exceção à competência natural em benefício da instrução criminal e da jurisdição. Veja-se:

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

O primeiro inciso trata da conexão intersubjetiva, onde a lei processual penal preocupa-se em afastar a possibilidade de decisões contraditórias; o segundo da conexão teleológica, para permitir o exame dos fatos e da responsabilidade penal em maior extensão e profundidade; e o terceiro da conexão probatória, com finalidade única de permitir melhor exame do acervo probatório, isto é, quando a prova de uma infração puder influir na prova de outra.

Afasta-se, de plano, a conexão intersubjetiva. As condutas do primeiro núcleo da organização criminosa (núcleo SFA) se passaram em Rondônia a partir de agosto de 2008, sem qualquer envolvimento de funcionários do Ministério da Integração Nacional e do Banco da Amazônia. Já as condutas do núcleo Bihl, de qual o impetrante, ex-funcionário do Ministério da Integração Nacional, supostamente faz parte, se deu em 2009 e objetivou a obtenção de cartas de anuência para formalização de financiamento bancário, sem qualquer relação com a

**RHC 120379 / RO**

administração sanitária federal em Rondônia.

Também não se diga que, mesmo em momentos distintos no tempo, as infrações foram praticadas por pessoas distintas umas contra as outras, uma vez que da denúncia infere-se o objeto passivo dos crimes como a administração pública, a paz social e o patrimônio público.

Ademais, não se trata de conexão instrumental, já que o simples encontro fortuito de prova não implica na conexão processual. É necessário que haja relação entre as práticas criminosas, o que não ocorre na hipótese. O único elo de ligação entre os núcleos da organização criminosa é o Curtume Nossa Senhora Aparecida, de propriedade da família Bihl, onde foram encontradas irregularidades na obtenção do selo SIF. Pacelli e Fischer<sup>1</sup> ensinam:

“Embora, no fundo, e como regra, todas as modalidades de conexão tenham em vista também a facilitação da atividade probatória, a conexão instrumental tem apenas essa finalidade, não exigindo outros elementos, subjetivos ou intersubjetivos, para a determinação da reunião de processos. Configura-se a conexão quando a prova de uma infração puder influir na de outra. Simples assim. E com uma observação complementar: não há de se falar em conexão probatória pela circunstância meramente ocasional da apreensão de provas em relação a dois ou mais crimes no mesmo local se não houver relação entre as práticas criminosas.”

Percebe-se que, embora de propriedade do segundo núcleo da organização criminosa, o Curtume Nossa Senhora Aparecida está envolvido com as condutas do primeiro núcleo, já que a vantagem ilícita obtida pela empresa foi a obtenção do selo SIF perante o MAPA, sem qualquer relação com o Ministério da Integração Nacional.

---

1           PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. *Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência*. 5ª Ed. São Paulo, Atlas, 2013. p. 173

**RHC 120379 / RO**

Em razão disso, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal manifestaram-se no sentido de não haver relação de conexão entre as práticas criminosas, razão pela qual requereram o traslado integral de cópia dos autos para a Procuradoria da República no Mato Grosso, sede do grupo empresarial da família Bihl e, portanto, local de obtenção da vantagem ilícita referente ao segundo núcleo.

Logo, o MPF/RO denunciou somente o primeiro núcleo, pelo que o Juízo Federal determinou o aditamento da denúncia para inclusão de fatos narrados no interrogatório policial. O d. Juízo afirmou que: *“Em que pese a manifestação ministerial de justificação sobre o assunto, tenho que este Juízo está prevento para examinar os fatos, havendo conexão intersubjetiva e instrumental a recomendar o simultaneus processus”*.

Houve flagrante violação do princípio acusatório, pelo qual o Ministério Público é o autor da ação penal e detentor da *opinio delicti*. Ao determinar o aditamento da denúncia o Juízo adentrou na esfera própria e exclusiva da acusação.

É dever do Ministério Público, diante da conclusão de investigação criminal, emitir a *opinio delicti*, seja oferecendo denúncia, determinando a continuidade das diligências ou manifestando-se sobre o arquivamento formal ou material dos autos.

No caso, o MPF ofereceu denúncia em relação aos fatos que entendia ter atribuição para tanto e opinou pela remessa dos autos ao MPF do local das infrações restantes, implicitamente negando atribuição, e consequentemente competência do Juízo Federal de Rondônia.

Então, a conduta do magistrado deve ser a remessa dos autos ou, não concordando com o *Parquet*, a provocação da autoridade superior na forma do artigo 28 do Código de Processo Penal.

**RHC 120379 / RO**

Mas, ao invés disso, o MPF ofereceu aditamento da denúncia e deixou de apresentar exceção de incompetência, em posição contraditória com a conduta anterior. Foi necessário, então, que a defesa apresentasse a exceção de incompetência e apontasse a nulidade processual.

A conduta do juiz violou o princípio acusatório, constitucionalmente estabelecido na separação entre as funções de julgar, defender e acusar. Por outro lado, o Ministério Público se portou de maneira contraditória, em violação ao princípio processual do “*nemo potest venire contra factum proprium*”, gerando instabilidade jurídica e tumulto processual.

Verifica-se, portanto, nulidade insanável no recebimento do aditamento da denúncia que incluiu o impetrante no polo passivo da ação penal. A um, porque não existe conexão a modificar a competência territorial do local da infração ou da obtenção da vantagem ilícita. A dois, porque, ao determinar o aditamento da denúncia, o Juízo formulou verdadeira *opinio delicti*, vulnerando o princípio acusatório.

Acerca do juízo natural, pretende o recorrente o reconhecimento da competência da Justiça Federal no Distrito Federal. Infere-se dos autos que a conduta do recorrente consiste no recebimento de vantagem econômica para emitir cartas de anuência, necessárias para a constituição de hipoteca em segundo grau sobre o patrimônio das empresas do grupo Bihl.

O impetrante, como servidor público do Ministério da Integração Nacional, praticou os supostos atos ilícitos em Brasília, Distrito Federal. O Código Penal, em seu artigo 6º, considera praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. *In casu*, houve a prática de atos de execução para obtenção do financiamento em Brasília, e o resultado (obtenção da hipoteca em segundo grau) no Mato Grosso. Em

**RHC 120379 / RO**

tese, qualquer dos locais pode ser considerado o local da infração, e portanto, o Juízo competente para persecução penal.

No entanto, tendo em vista que a conduta do impetrante se deu em Brasília, sede do Ministério da Integração Nacional, este é o foro mais adequado para a persecução penal, em razão da maior proximidade do Juízo com a prova a ser colhida.

Isso posto, dou parcial provimento ao recurso para reconhecer a competência da Justiça Federal no Distrito Federal para processar e julgar o recorrente. Determino a remessa do aditamento da denúncia, apenas contra o recorrente, ao Juízo Federal do Distrito Federal, com traslado integral dos autos.

É como voto.

**26/08/2014**

**PRIMEIRA TURMA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.379 RONDÔNIA**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Presidente, eu só sugeriria ao eminente Relator deixar claro que é em relação à parte aditada, à parte final, para não haver confusão.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR)** - É, aqui, no final: remeter os autos à Justiça Federal do Distrito Federal e Territórios em relação ao paciente, cuja denúncia foi aditada.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

No que diz respeito ao aditamento, exatamente.

Acompanho o Relator.

**26/08/2014**

**PRIMEIRA TURMA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.379 RONDÔNIA**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) – O *habeas corpus* pressupõe ilegalidade.

Com o que nos defrontamos? Com pronunciamento do Juízo no sentido da existência – e o Juízo, evidentemente, examinou os elementos probatórios contidos no processo-crime – da conexão probatória.

Não é dado, no julgamento desta ação nobre, que é a de *habeas corpus*, mergulhar fundo no processo-crime para concluir de forma diversa, ou seja, que não há a denominada conexão probatória.

Por isso, o Subprocurador-Geral que nos assiste preconizou, no parecer formalizado, o desprovimento do recurso. E é o meu voto.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 120.379**

PROCED. : RONDÔNIA

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

RECTE.(S) : VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ

ADV.(A/S) : ANDRE PIRES DE ANDRADE KEHDI E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma deu parcial provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Presidente. Falou o Dr. Renato Vieira, pelo recorrente. Primeira Turma, 26.8.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma